

13 JUL 1974

# N NOTÍCIAS DA AMADORA A

## semanário popular

N.º 659 — ANO XV  
4 DE MAIO DE 1974

### Direito à greve



A FORÇA DO POVO

PREÇO AVULSO: 2\$50

AVENÇADO)

# O Povo unido jamais será vencido

O Povo veio à rua e disse bem alto: SIM À DEMOCRACIA; NÃO AO FASCISMO! Operários trabalhado-

res, intelectuais, soldados, irmanaram alegremente nas ruas de Portugal, confraternizaram, com tal alegria e

tal júbilo, que quase meio século de ditadura lhes negou. Cravos vermelhos, serpentina rubra, foi o traço

de união entre o povo e os seus ideais mais queridos.

Foi a festa do povo trabalhador. Foi a festa da-quele que ainda labuta sob as condições mais terríveis, ao qual o capital corrupto roubava e ainda rouba em seu proveito a riqueza que ele criava. Foi a festa da-quele que disse: «Ninguém nos pagou, viemos livremente».

Foi a Revolução das Flores!

## Começou o futuro

Cerca de 300 000 trabalhadores responderam à convocação dos Sindicatos, da CDE e dos Partidos Comunista e Socialista e manifestaram-se em Lisboa no 1.º de Maio. Exercício dum direito conquistado e forma de luta por novas conquistas, a grande manifestação do Dia dos Trabalhadores foi, na audácia e na serenidade, uma jornada de consolidação da unidade combativa das forças progressistas no sentido de tornar irreversível o processo iniciado com a acção valorosa das Forças Armadas, braço armado do Povo Português.

O POVO HONRADO  
JAMAIS SERÁ ROUBADO

Festa da solidariedade trabalhadora, jornada da alegria, a manifestação do 1.º de Maio foi uma exuberante demonstração da capacidade de organização das convocantes e do poder de mobilização das suas justas palavras de ordem que se identificam efectivamente com os mais fundos anseios do Povo Português. Desse povo que com a sua imaginação deu pitorescas formas populares a conhecidos slogans: «Um, dois, três, quatro, o Marcelo já está no papel»; «Um, seis, sete, com o Povo ninguém se mete»; «Deixa passar esta linda brincadeira, o Marcelo e o Tomás estão na ilha da Madeira»; «O Povo honrado, jamais será roubado»; «É bom, é bom, é bom e continua, o Povo Português põe os fascistas na rua».



## ALVARO CUNHAL:

### Um lutador consequente

Alvaro Cunhal nasceu em Coimbra em 1913 e licenciou-se em direito com 20 valores, tendo terminado o curso na prisão. Lutador antifascista e comunista consequente e esclarecido desde muito jovem, aos 18 anos era já secretário-geral da Federação das Juventudes Comunistas, de que era militante desde os 16.

Aos 20 anos foi eleito

é o mais elevado organismo da estrutura hierárquica do partido. Preso pela primeira vez em 1936, viria a passar, em duas vezes, doze anos nas prisões do regime, sete dos quais cumpridos no mais rigoroso isolamento das celas da Cadeia Penitenciária de Lisboa. No princípio de 1960, evadiu-se, com mais dez companheiros de luta, da cadeia do

beiro, que viria a ser morto durante os interrogatórios pela P. I. D. E.

Em 1961, foi eleito secretário-geral do partido, cargo que tem desempenhado até agora, mas já antes, após a liquidação de Bento Gonçalves pela polícia política, desempenhava importantes tarefas na organização. Apresentou o relatório político do Comité Central do Partido no III Congresso do P. C. P. (1943, primeiro Congresso na clandestinidade), no IV e no VI. No V Congresso (1957) encontrava-se preso.

Entre outros numerosos trabalhos de carácter ideológico e político, escreveu «Rumo à Vitória», um estudo sobre a reforma agrária em Portugal, outro sobre a luta de classes na Idade Média em Portugal e a obra «O Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista» que responde de forma decisiva às manobras divionistas.



A ficha de Alvaro Cunhal que se encontrava no «museu das actividades subversivas», da ex-PIDE/DGS

para o «Comité» Central do Partido Comunista Português, já na clandestinidade, e aos 22 entrou para o Secretariado, que

forte de Peniche, onde se encontrava havia 10 anos, depois de ter sido preso, no Luso, com o seu camarada, Militão Beça Ri-

## Reforço da unidade



Só unidos poderemos impedir que o fascismo volte, declarou à chegada a Lisboa o Secretário-Geral do Partido Comunista Português.

O reforço da unidade e da organização são imperativos desta hora, indispensáveis para a consolidação de quanto se conquistou, para a vitória total sobre o fascismo, para que se firmem as condições que permitam se alcance uma vida melhor, livre, em Paz.

Expressão política da Unidade do Povo Português na sua longa luta por esses objectivos imediatos, o Movimento Democrático dispõe agora de excepcionais condições para o reforço da sua organização e unidade. Unidade que, conforme assinalou Alvaro Cunhal no comício do 1.º de Maio, deve abrange os valerosos militares que desencadearam a acção libertadora. ORGANIZEMO-NOS. UNAMO-NOS!



**S**OMOS UM POVO LIVRE. Finalmente livre. Aumentou agora a nossa responsabilidade: perante cada um de nós, perante os camaradas de todo o mundo, perante a história. Como até aqui, o nosso comportamento terá que continuar a ser o de homens livres. Ousadamente, com firmeza mas também com serenidade, há que saber impor os nossos direitos, construir as condições de vida que permitam às classes trabalhadoras usufruírem da riqueza que produzem. Coube às forças armadas desencadear e levar a bom termo o movimento libertador. Mas o 25 de Abril jamais seria possível sem a resistência heroica da vanguarda de um povo durante o longo período de trevas em que o país esteve mergulhado, sem a total adesão e o apoio efectivo das massas trabalhadoras do campo e da cidade, que logo se desenharam na madrugada da revolta e depois se confirmaram nos dias gloriosos que se lhe seguiram. Temos, agora, todos em conjunto, como oportunamente salientou Álvaro Cunhal — trabalhadores e Forças Armadas — que seguir em frente, consolidar as vitórias, denodadamente defender o terreno conquistado.

**A** HORA É DE TRABALHO. Trabalho de cada hora, trabalho de todo um dia, trabalho de todos nós. Ninguém pode abdicar do cumprimento do dever nesta hora decisiva para a terra portuguesa, para o povo português, para as classes laboriosas. O País somos nós, nós somos a força de trabalho que há-de reconstruí-lo, assim, teremos que ser nós a indicar o caminho, a elegermo-nos e confirmarmo-nos como guardiões do futuro.

**A** HORA NÃO É DE DEMAGOGIAS MAS DE ACÇÃO. A palavra pela palavra apenas poderá conduzir à exaltação, que é, de certa maneira, uma forma de alienar as pessoas. O nosso convívio terá que processar-se à base da serenidade, da firmeza, da eficácia e da urgência no cumprimento das tarefas. Com risco de sermos ultrapassados e ludibriados, não podemos perder tempo. As forças trabalhadoras têm programas concretos: discutamo-los lúcidamente, objectivamente, e passemos de imediato à sua concretização.

**Q**UE FAZER? Perguntou Lenine, em título de um seu famoso documento. E deu logo a resposta. Perguntemo-nos, também: que fazer? E a resposta, de momento, só poderá ser esta: unamo-nos. Organizemo-nos. Participemos activamente na revolução em marcha. Abandonemos, de uma vez para sempre, as oratórias fáceis, os lirismos afogueados e lancemo-nos às tarefas necessárias à construção de uma nova sociedade.

## 1.º de Maio na Venda Nova

### Na falta de tesoura(?) ...A foice e o martelo

Democratas da Venda Nova (Amadora), na sua maioria operários da Sorefame, organizaram no dia 1.º de Maio um almoço para comemoração da libertação do povo português do jugo do fascismo, ao qual esteve submetido durante cerca de meio século.

— Fizemos pouca publicidade, mesmo assim, a presença de tantos camaradas ultrapassou em larga medida as nossas expectativas — afirmou-nos um elemento organizador da festa. Como convidados, além do «N.A.», esteve um representante da

comissão executiva da CDE de Lisboa, que em breve alocução, saudou a coragem e combatividade dos operários da Sorefame, que nunca se vergaram perante a repressão fascista. O redactor do «N.A.», igualmente, saudou os operários, elogiando a sua firmeza.

Cravos vermelhos, bandeiras nacionais, a festa de convívio decorreu com grande entusiasmo. Para animar ainda mais a festa, ouviase, como «fundo», a «Grândola, Vila Morena».

Um ramo de flores foi

oferecido à Comissão Democrática de Mulheres, em nome das mulheres da Venda Nova.

— O «Notícias da Amadora» pode contar com todo o nosso apoio — afirmou um dos trabalhadores quando nos retirámos.

Simbolicamente, o almoço foi iniciado com o tradicional corte de fita. A sorrir, um dos organizadores elucidou que por não terem conseguido arranjar uma tesoura o corte teria que ser feito a foice e a mar-telo!

n.a.

## semanário popular

Propriedade de Notícias da Amadora, S.A.R.L.

DIRECTORES

ORLANDO GONÇALVES, SÉRGIO RIBEIRO e CARLOS CARVALHAS

Chefe de Redacção: JOAO PAULO GUERRA

Redacção: ARLINDO MOTA, BLASCO HUGO FERNANDES, CAIANO FERREIRA, CORREIA DA FONSECA, HELENA NEVES, MURADALI MAMADHU, SEN, ORLANDO CÉSAR e SÉRGIO RIBEIRO

A COLABORAÇÃO DOS NOSSOS LEITORES

«Notícias da Amadora» deseja a participação activa dos seus leitores. Contudo, reserva-se o direito de seleccionar a colaboração que lhe for remtida. Os originais não publicados não serão devolvidos.

Redacção e Administração

RUA ELIAS GARCIA, 245, 2.º, ESQ. ♦ AMADORA • ☎ 93 36 43

Composição e Impressão

OFICINAS GRÁFICAS N. A., LDA. R. 2, À R. PROF EGAS MONIZ, L. 4 BURACA • ☎ 97 60 23

CONDIÇÕES DE ASSINATURA:

Metrópole e Ultramar (via normal)... 6 meses — 80\$00 • 12 meses — 160\$00  
Ultramar (avião) ..... 6 meses — 223\$00 • 12 meses — 446\$00  
Estrangeiro (via normal) ..... 6 meses — 125\$00 • 12 meses — 250\$00  
Estrangeiro (avião) — Valor normal de assinatura, acrescido das taxas postais em vigor.

Publicidade: tabela em vigor desde 1 de Junho de 1973

DISTRIBUIDOR PARA O PAÍS: AGENCIA INTERNACIONAL DE LIVRARIA E PUBLICAÇÕES, LDA.

Deste número de «Notícias da Amadora» efectuou-se uma tiragem de 10 000 exemplares

## EXIJAMOS UM INQUÉRITO AOS ÚLTIMOS DEZ ANOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE OEIRAS

E conhecida, sobejamente, a maneira como o fascismo português procurava controlar também todos os órgãos da administração regional. Nos lugares «chave» eram colocados os seus laçaios, regra geral mediocriões sedentários de lucros fáceis, pequenos aventureiros desejosos de ostentar «penachos» que lhes permitissem, no pequeno mundo em que se moviam, exercer uma tirania descrionária tão do agrado dos seus omnipotentes patrões.

Assim, do Norte ao Sul, Governos Cívicos, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, e todos os outros órgãos afins ou dentes convergentes e dependentes, eram entregues a esses «tura-vidas», normalmente trapaceiros e arrogantes, que tripudiavam impunemente e a «tripa-forra» cejavam a sua avidez de sangue e ouro na consciência dos cidadãos e nos erários públicos.

Assim era, sabêmo-lo. E assim continua ainda a ser, a despeito da extraordinária vitória política obtida nestes dias que se seguiram à manhã gloriosa do 25 de Abril.

Muitos — a quase totalidade — desses corruptos e corruptores servidores da situação política que agrihou o país e reduziu à miséria todo um povo, continuam imperturbáveis e imperturbados nos seus postos, atifelhadas outras máscaras nos seus rostos impúdicos, mudando a coloração das vestes, num fenómeno de mimetismo já muito conhecido e utilizado.

Ainda não faz muito tempo, de Salazaristas passaram a Marcelistas, o que foi fácil; agora, apressadamente, procuram arrotar democracias fáceis, escol-

dendo as garras para um possível assalto quando as condições lhes surgirem favoráveis.

Temos nós permitir que tal aconteça? Não! Não podemos consentir que nos roubem a vitória que tanto merecemos. A luta, justa, impõe-nos que passemos ao ataque, não permitindo que tal gente continue a gozar o produto acumulado de roubos e fraudes e as considerações tanto do seu agrado.

Camaradas, Povo das nossas cidades, vilas e aldeias: ergamos à uma as nossas vozes pedindo, exigindo a

imediate renovação de quadros e a instauração urgente de inquéritos.

O concelho de Oeiras, pela força de condições e realidades específicas, será, no país, dos que mais se prestaram a grandes e pequenas aventuras, onde mais grassou a corrupção e os atropelos de toda a espécie.

Camaradas, municípios do nosso Concelho, desencana-deemos já a nossa acção exigindo um inquérito rigoroso à administração municipal dos últimos dez anos.

Este é um direito que nos pertence. Usemo-lo.

## A DIRECÇÃO DO "N. A."

Aparece este número sob a direcção de Orlando Gonçalves, Sérgio Ribeiro e Carlos Carvalhas. Decisão tomada, por unanimidade, pela redacção e alguns colaboradores do «N.A.». Não há sequer uma questão de prestígio, trata-se simplesmente de fazer justiça. De há muito que, entre nós, se adoptou um regime de responsabilidade colectiva. A or-

dem pela qual os nomes surgem na ficha técnica obedece também, apenas, a um critério cronológico. Orlando Gonçalves foi o primeiro nome registado pela «matilha fascista». Sérgio Ribeiro, o segundo, Carlos Carvalhas, o finalmente aceite.

Assim, a alteração não implicará mudança. Esta «trincheira», que tem sido o «N.A.», permanecerá inalterável e irredutível.

## Todos os dias

fazemos um novo jornal, respeitando o passado que o tornou possível e acreditando o futuro que queremos ajudar a construir

## República

Um jornal independente

EMPRESA DE VIAÇÃO



Eduardo Jorge, L.P.A.

CONCESSIONÁRIA DE CARREIRAS DE PASSAGEIROS

AUTOCARROS PARA ALUGUER • CONSULTE OS NOSSOS PREÇOS

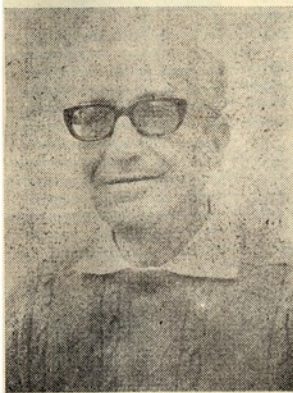
Agência — Rua Jardim do Regedor, 35 Sede — VENDA NOVA • AMADORA

LISBOA • ☎ 3 02 71 7

☎ 97 60 23



# As figuras e as vozes a conhecer e a ouvir



veu três dias junto, fisicamente ao lado um do outro. E as mãos daquele casal já com trinta anos de vida em comum (!) procuravam-se com a ternura, o amor de quem tem vinte anos, se ama, e faz essa procura de maneira a só ser visível (sentida!) por quem tem olhos que vêem sem denunciarem que vêem.

—Zé, foi duro?  
—O quê? O que passou? Foi a luta!  
—E os últimos dias?  
—Queres dizer a última noite?... Bom, o Rogério, o Dias Lourenço, eu, preparámo-nos para nos defender. Não seríamos reféns fáceis... Preocupámo-nos com a forma de evitar que nos tornássemos seus instrumentos para a sua defesa pessoal, para a sua sobrevivência como instrumentos do fascismo...

E José Magro falou—aos estrangeiros— das torturas que sofreu, da inutilidade que os epídeus sentiram de insistir com ele, da insólita—mas não única—reação da famigerada polícia a pessoas como ele quando os prendiam: nem valia a pena tentar... estavam perante homens que «não abriam a boca». E que preservariam uma resistência clandestina ao fascismo. O aparelho de uma resistência capaz de responder—e de sobreviver!—ao aparelho repressivo e feroz. Resistência de um povo, de uma classe trabalhadora.

—E agora? Tu? O Partido?  
—Agora?... Mas a continuação da luta!... Dez dedos formavam uma mão: José e Aida Magro. Uma luta. A nossa, a do nosso povo, pensemos como pensemos, estejamos ou não de acordo com «linhas políticas». Um critério por agora: o povo, os trabalhadores, as grandes vítimas do fascismo. A escolha de sempre de José (e Aida) Magro.  
—Não é verdade, Zé Magro?

Portugal foi um país de silêncio. Como foi um país em que muitos falaram. Digamos foi porque Portugal começa a ser outro.

Durante meio século falou quem se fazia ouvir porque silenciou os outros. Brecht disse que não se tem razão porque se é perseguido ou silenciado. É-se perseguido e silenciado enquanto não se têm força para impor e fazer ouvir a razão nossa.

Meia século em que homens foram razão resistente à espera — e a construir — da força de se fazer conhecer e ouvir. Assim. Não clandestinamente.

Começemos por José Magro. O homem que, em 25 de Abril, mais tempo de prisão tinha em Portugal:

—Zé, José Magro, um grande abraço. Do «Notícias da Amadora»...

Em tempo de emoção, de abraços, de nós na garganta, José Magro responde à comção que o rodeia com uma espantosa tranquilidade, com uma serenidade que nem por se ver que é esforço de domínio se mostra menos natural, menos... José Magro.

—Então?...

—Cá estamos. Todos.

Na sala, jornalistas estrangeiros—e a mão de Aida nas suas mãos—, a conversa viva, o desfiar de uma vida de luta. Que quase temos pudor de escrever em português, de tal modo a sentirmos como uma parte de nós, porque é também a luta do povo português. Que continua.

E José Magro perguntava coisas. Não deixava grandes oportunidades para que nós soubéssemos coisas a partir dele.

—E tu? Que pensas? Que dizes?

—Eu oiço. Estive quase vinte e um anos preso. Agora, desta última vezada, ia fazer doze anos. Não sei nada. Quero ouvir tudo. Só depois terel opinião.

—Mas tu sempre estiveste informado. Sempre soubeste tudo. Sempre ouvias e dizias, quando, no hospital, te podíamos visitar...

—Mas é outra coisa, é outra coisa... Primeiro ouvir, ver, viver o que se vive, em liberdade... As minhas impressões, se tiverem importância, só depois de muito ouvir. Talvez daqui a dois ou três dias.

—Mas como é que tudo começou, para ti?

—A luta, como ela se me apresentou?... Não há datas... Mas em 1945 era eu estudante de Medicina, foram-me buscar a casa... Já lá não estava. Depois foi a alternância da clandestinidade e da prisão. Sempre convicto de que fazia a luta do povo de que faço parte. Eu e Aida.

José e Aida Magro. Um nome: José e Aida Magro! Um casal que, desde 1951, vi-

# Uma missão de três membros do Comité Especial de Descolonização visita áreas libertadas da Guiné-Bissau

De 2 a 8 de Abril de 1972, três membros do Comité Especial dos 24 para a Descolonização visitaram áreas libertadas da Guiné-Bissau. A missão enviada pelo Comité Especial convite do movimento nacional de libertação, O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), viajou quase sempre a pé, percorrendo 200 km em 9 localidades diferentes. O fim da visita era assegurar informações em primeira mão sobre as condições nas áreas libertadas e averiguar as intenções e aspirações do povo no que respeita ao seu futuro.

Os membros da missão eram: Horácio Sevilla Borja, do Equador, presidente; Folke Lofgren, da Suécia; e Kamel Belkhiria, da Tunísia.

O texto que se segue é um extracto da parte principal do relatório escrito e apresentado pela Missão Especial.

## OBSERVAÇÕES DA MISSÃO

### ■ CONDIÇÕES EDUCACIONAIS

Segundo os chefes do PAIGC, o desenvolvimento da educação é um dos objectivos prioritários no programa de reconstrução. Sob o regime dos portugueses, cerca de 99% da população era analfabeta e muito poucos africanos tinham acesso à educação para além da instrução primária. Em toda a Guiné-Bissau, segundo o PAIGC, havia apenas 14 africanos licenciados por uma universidade.

mais de 200 escolas espalhadas pelas áreas libertadas, com uma frequência superior a 20 000 alunos. Estas escolas são organizadas e administradas centralmente pelo PAIGC, o qual entre outras coisas, fez um regulamento para a sua administração, pessoal docente e programas. As crianças só entram para a escola aos 10 anos por causa da dureza e dos riscos da escola no mato. O programa inclui os seguintes assuntos: história, geografia, língua portuguesa, ciências naturais, aritmética ideológica do Partido, e, para as raparigas, economia doméstica. A escola Arcolino Cruz ministra ensino cultural e artístico, o que foi observado pela Missão na representação na sua honra. A Missão ficou impressionada com o talento artístico das crianças e com o conteúdo profundamente moral e político do programa, cujo tema era a mobilização de massas e a guerrilha na Guiné-Bissau. A Missão é de opinião de que se estas representações fossem feitas perante auditórios internacionais aumentariam grandemente a compreensão da situação geral nas áreas libertadas.

Embora a Missão não tivesse oportunidade de as visitar, foi informada de que o PAIGC mantém escolas secundárias, como o internato de Sara, nas áreas libertadas. Estas escolas são presentemente reservadas aos alunos particularmente dotados ou aos filhos dos combatentes mortos em acção. Alguns estudantes seguem cursos universitários em outros países.

O PAIGC tem recebido substancial assistência de vários países, incluindo a

Suécia e a República Democrática da Alemanha, que têm publicado livros de leitura e aritmética preparados pelo PAIGC para uso nas suas escolas. Também tem recebido assistência da UNESCO, a qual se ofereceu para publicar 20 000 livros de aritmética e, segundo o PAIGC, ofereceu material escolar num total de 64 000 dólares.

Como a Missão pôde observar, essa assistência satisfaz apenas uma pequena parte das necessidades das áreas libertadas, no qual respeita à educação.

### ■ CONDIÇÕES DE SAÚDE

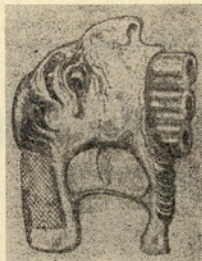
Os princípios básicos que governam a organização dos serviços de saúde nas áreas libertadas estão estabelecidos nas Instruções Gerais do PAIGC. O principal objectivo é o de proporcionar serviços de saúde, primeiro aos combatentes, e depois à população em geral. Os serviços médicos estão sob a direcção do comando militar do PAIGC.

As instalações já estabelecidas consistem num hospital central em cada uma das três regiões, hospitais mais pequenos a nível de sector e centros de saúde localizados nos sectores, cada um dos quais agrupa 3 ou 4 aldeias. Além disso, equipas sanitárias visitam frequentemente as aldeias, levando assistência médica aos doentes que não podem deslocar-se, evacuando outros para os centros de saúde e hospitais, e instruindo os nativos sobre higiene e puericultura.

Os hospitais são geridos por médicos oriundos da Guiné-Bissau. Os centros de saúde são orientados por ajudantes médicos membros do PAIGC e cada equipa sanitária é constituída por um enfermeiro e uma enfermeira.

Os hospitais de campanha dão prioridade ao tratamento dos feridos de guerra e às vítimas dos bombardeamentos feitos pelos portugueses. Além destes, proporcionam tratamento a todas as pessoas em geral. Nas suas conversas com o pessoal médico, a Missão

SEGUIR NA PAG. 7 >



A política do PAIGC para as áreas libertadas pretende a eliminação rápida do analfabetismo, o estabelecimento duma educação tanto livre como obrigatória a nível do ensino primário e um programa para aprendizagem técnica e profissional.

Para além da luta de libertação foi posta em marcha uma intensa campanha cultural, na qual todos os que não sabem ler nem escrever são chamados a participar.

O PAIGC tem também o mérito de ter estabelecido

Sempre achámos incorrectas as entrevistas em que os «conversadores» se tratavam por tu... Mas isto não é uma entrevista. Resumimos muito de uma longa conversa connosco e com outros, no dia seguinte à saída de José Magro, depois de 21 anos de prisão, e sem qualquer inibição face a um casal que só tivera três dias de vida comum nos últimos 23 anos, e que não via outra coisa que não a forma de continuar, mesmo nesse dia, a ser útil à luta das suas vidas, de todos os seus dias. Por outro lado, mesmo que quiséssemos, não seríamos capazes de tratar José (e Aida) Magro sem ser... por tu. Por uma questão de respeito!  
Com a alegria do

S. R.

Um postal, que não assinámos, mas que muitos estrangeiros enviaram ao: Monsieur le Président du Conseil Marcelo Caetano — Lisbonne — Portugal

### AMNISTIA PARA JOSÉ MAGRO

Dirigente valoroso da oposição democrática e da classe operária, o José Magro é certamente o prisioneiro político que neste momento mais anos de prisão conta no mundo. Em Outubro de 1973 cumpre 20 anos de prisão!!!

De acordo com a sua consciência, luta por um ideal.

Um ideal não é um delito, a consciência não é um crime; porém, o único crime pelo qual está preso foi por defender integralmente o seu ideal e a sua consciência. Com a saúde completamente arruinada pelas torturas infligidas durante os interrogatórios e pela penúria da vida prisional juntamos a nossa voz de protesto à dos seus familiares e amigos, a todas as organizações democráticas nacionais e internacionais, exigindo a libertação imediata de José Magro e amnistia para todos os prisioneiros e exilados políticos.

## ESTA SEMANA DEVE LER

AS FIRMAS MULTINACIONAIS

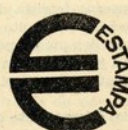
e o processo de internacionalização

CHRISTIAN FALLOUX

BIBLIOTECA ECONOMIA CONTEMPORANEA - N.º 7

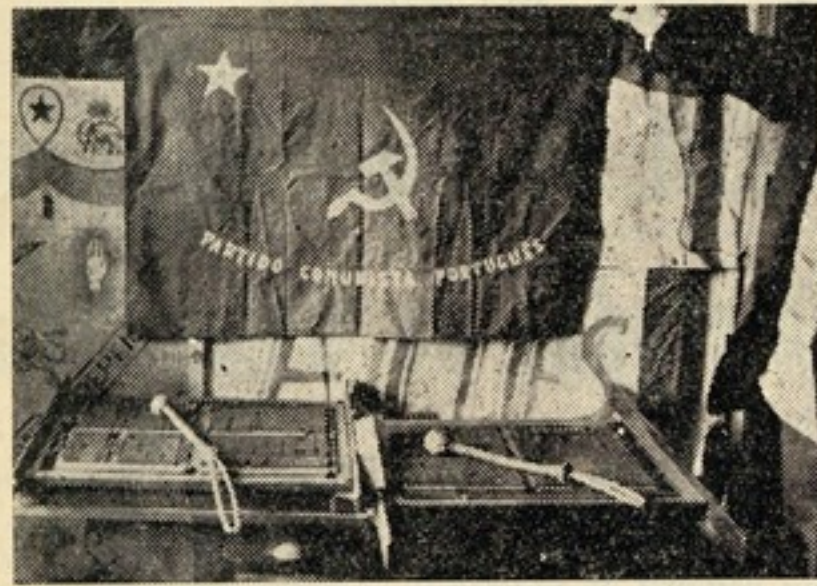
PREÇO: 9000

EDITORIAL ESTAMPA





# Do Museu da PIDE



Forma do «Avante!» tendo ao fundo a bandeira do Partido Comunista Português. 57% dos aderentes do P.C.P. são operários e empregados, 59% têm menos de 30 anos e 8% mais de 50 anos; As mulheres constituem 20% dos membros do Partido, segundo um recenseamento efectuado em 1973.



Uma forma pronta a entrar para as máquinas da tipografia clandestina do Partido Comunista Português, contendo a primeira página do «Avante!». «Avante!» é o órgão central do Partido. É publicado mensalmente. Fundado em 1931, na clandestinidade. Aparece ininterruptamente há 30 anos a esta parte. Para além do «Avante!» a imprensa do Partido é composta por um conjunto numeroso de publicações, entre os quais destacamos: O MILITANTE, boletim teórico do Comité Central, que aparece de dois em dois meses.

A TERRA, jornal destinado ao pequeno camponês. O TEXTIL, destinado aos operários têxteis. UEC, órgão da União dos Estudantes Comunistas. CAMPONES, destinado ao proletariado rural. O Partido possui as suas próprias edições: «Edições Avante». Todas as edições e publicações do Partido são impressas na clandestinidade. O Partido possui também uma estação de rádio clandestina: «Rádio Português Livres».

## Alvaro Cunhal em Conferência de Imprensa:

### — SÓ UNIDOS PODEREMOS IMPEDIR QUE O FASCISMO VOLTE

Ansiosamente aguardado por uma enorme multidão, chegou Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, prestigiado dirigente do movimento comunista internacional.

Saudavam-no cartazes com dizeres alusivos ao P.C.P., de saudações de operários a A. Cunhal, da União dos Estudantes Comunistas, etc.

Numa curta conferência de imprensa realizada com a presença de dezenas e dezenas de repórteres, Alvaro Cunhal rodeado por um cordão de segurança formado por militares e membros do Partido — respondeu a algumas das questões que lhe foram postas.

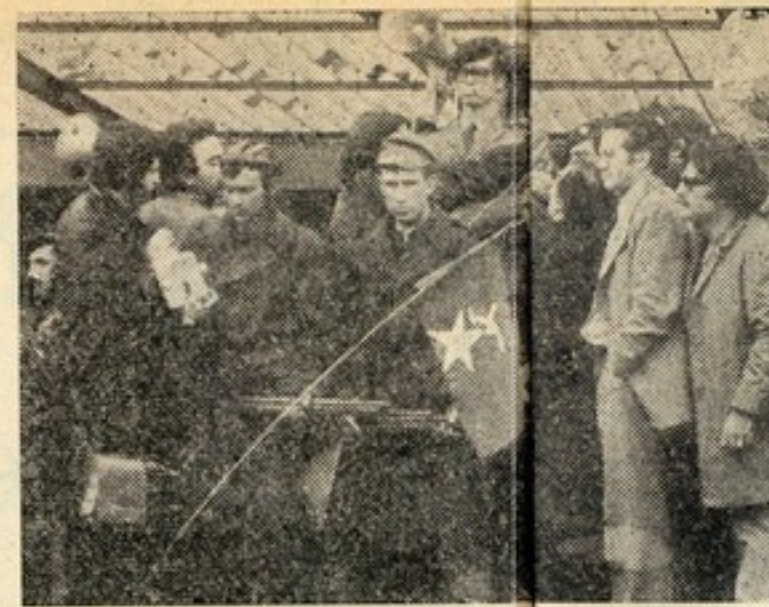
#### SOBRE O 25 DE ABRIL E O PROGRAMA DA JUNTA

«Tenho confiança em que o povo, em união íntima com os militares de 25 de Abril, conduzirá o nosso País no caminho da Liberdade e da Paz, através de um regime democrático em que todas as correntes progressistas possam expressar-se.

«É um programa de todos os que querem assegurar a democracia em Portugal. Constitui uma base de trabalho mínima que pode ser aceite pelas tendências democráticas.»

A uma outra pergunta Alvaro Cunhal lembrou:

«A maior preocupação que tenho neste momento é a de que não saibamos, não tenhamos força bastante para



evitarmos nós mesmos o regresso aos métodos fascistas. Essa é a minha preocupação. Só unidos poderemos impedir que o fascismo volte.»

A luta contra a guerra colonial tornou-se um objectivo fundamental das forças democráticas e das massas populares. A guerra colonial significa para o povo português a morte e mutilação de milhares de jovens, maiores impostos, a absorção de mais de 40 por cento do orçamento do Estado; significa a inflação, o aumento vertiginoso dos preços, uma especulação desenfreada, a acreção de dependência do nosso país do poder dos monopólios, do imperialismo estrangeiro. Inquirido sobre a questão colonial, Alvaro Cunhal declarou:

«Trata-se de um problema grave e espero que o problema dos territórios coloniais seja resolvido com rapidez. Sabe-se o que o



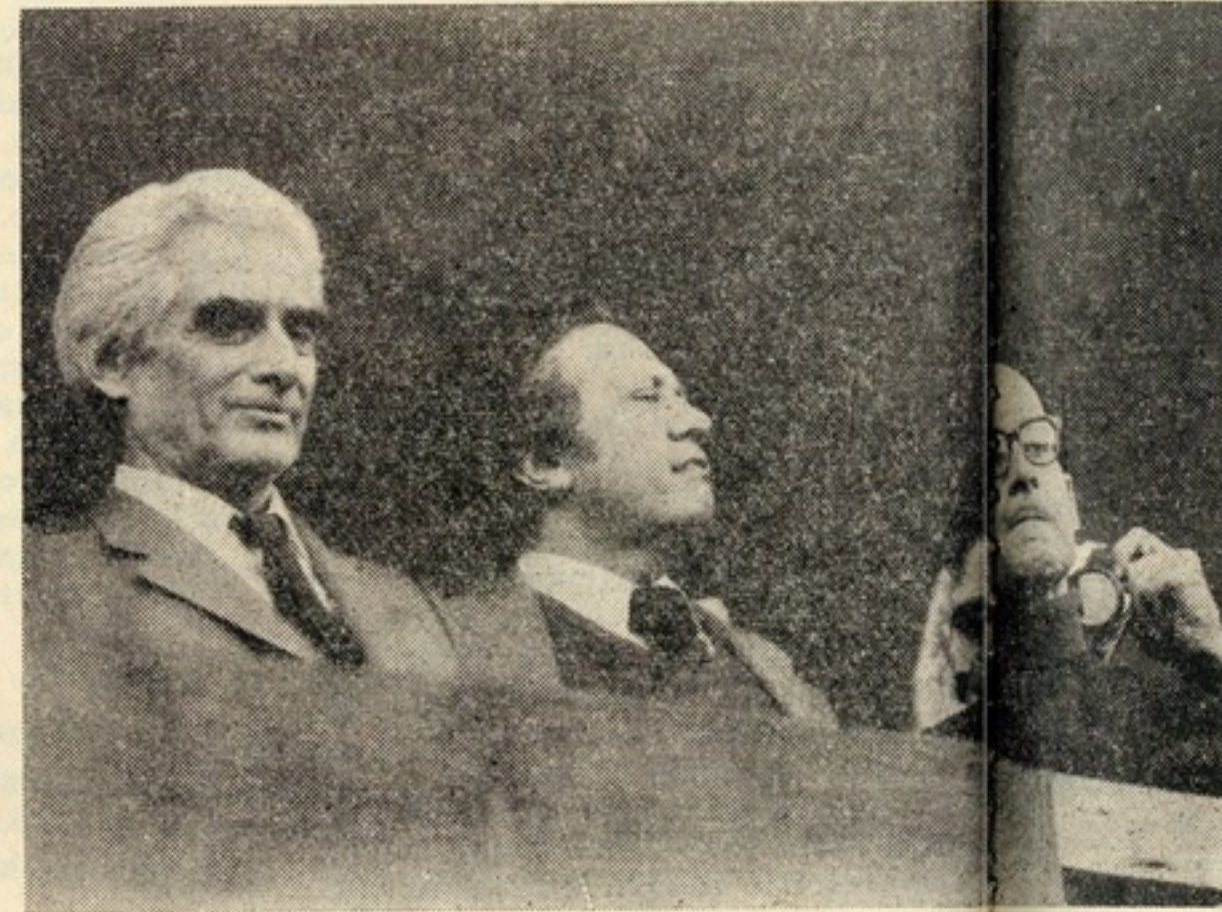
«Trata-se de um problema grave e espero que o problema dos territórios coloniais seja resolvido com rapidez. Sabe-se o que o

#### SAO A CASA LIVRE

Agitação da redacção dos colaboradores do «Nô Amadora», que pôde dum seu redacção entregar ao Secretário do P.C. juntamente o número do jornal saíra nesse dia, res Alvaro Cunhal: «É uma oferta do «Nô Amadora» e uma oportunidade para si, jornalista, para a imprensa des finalmente livre e sã. Faço votos para nova imprensa para sempre para escrever a verdade.»

## A unidade das forças democráticas

Por ALVARO CUNHAL



centenas de milhar de portugueses nesta grande batalha política.

No quadro duma ditadura fascista, a acção do Movimento Democrático é uma prova da sua força política, da sua confiança na justiça das suas concepções tácticas. A unidade das forças democráticas concretiza-se também noutras formas de organização e de acção à volta de movimentos específicos: o Movimento de Socorro aos Presos Políticos; a luta pela cooperação e a Segurança Europeia; a luta contra a vida cara; a luta pela liberdade de expressão, pelo direito à informação e contra a censura. A luta em volta das cooperativas; a luta por reivindicações locais. A solidariedade ao Vietname foi igualmente um novo e justo motivo de luta antifascista que conta sucessos notáveis.

Conforme acentua o P.C.P. no seu Programa «O campesinato (pequenos e médios camponeses), a pequena burguesia urbana, sectores da média burguesia aliados do proletariado na luta contra a ditadura fascista e pela instauração dum regime democrático.»

No domínio político, as alianças da classe operária têm a sua expressão válida na unidade das forças antifascistas, ou seja das correntes democráticas chamadas a participar na luta comum contra a ditadura.

O Movimento Democrático é a expressão desta aliança. Trata-se, na realidade, duma frente de luta aberta a todos aqueles que se querem bater contra o fascismo. Comunistas, socialistas, católicos e outros antifascistas estão aí integrados.

O Movimento Democrático está assente em estruturas flexíveis, semilegais, tendo

em conta as realidades regionais.

O Movimento desenvolve a sua actividade dum programa mínimo por ele concretos e imediatos; luta por liberdades democráticas, contra a defesa dos interesses da burguesia, contra a guerra colonial e direito dos povos à independência e completa, contra o império e poder dos monopólios.

No mês de último, o Movimento Democrático apresentou candidaturas para as eleições a Assembleia Nacional (fasc não tinha ilusões sobre esta farsa aproveitar tal período para dar uma larga agitação de massa pôde atacar sem reservas a política e a dominação colonial, divulga mesmo tempo os objectivos do movimento, mobilizando

## Prof. Rui Luís Gomes, à chegada a Portugal:

### A liberdade e a independência de Portugal pressupõe a liberdade e a independência da Guiné, Angola e Moçambique

Se Portugal tivesse sido, nos últimos 48 anos, um país livre, se para o regime que nos oprimia, a inteligência, a cultura, as qualidades de trabalho, a perseverança e a coerência tivessem algum significado, se a dádiva corajosa e total de uma vida ao povo e aos seus problemas fosse tida como uma virtude, o Prof. Rui Luís Gomes, cientista e cidadão exemplar, nunca teria sido escorraçado do seu país.

O Prof. Rui Luís Gomes regressou a Portugal, à Pátria que já não é lugar de exílio, e disse aos jornalistas da sua emoção por poder participar livremente no processo histórico para cujo avanço foram agora conquistadas condições inteiramente novas.

Licenciado pela Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra com a classificação máxima, Rui Luís Gomes doutorou-se com os mesmos 20 valores. Ingressou no corpo docente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, com 24 anos apenas e aos 28 atingiu a cátedra universitária. Exilado, enriqueceu com a sua notável e inovadora obra científica a Argentina e o Brasil.

Se quiséssemos fazer um resumo da acção cívica deste notável cientista poderíamos dizer que:

— Em Maio de 45 toma parte na grandiosa manifestação do Dia da Vitória.

— Em Outubro do mesmo ano faz parte do M.U.D. — Membro da Comissão Distrital do Porto — Por participar na recusa de entrega das listas, é preso. Soito com os seus companheiros, é alvo dum grandiosa manifestação à sua chegada ao Porto.

— Em 1947, em virtude das suas actividades cívicas, é demitido de professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

— Em 1948-49 é membro da Comissão Distrital do Porto da Candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República.

— Em Dezembro de 49 participa na grande manifestação, que foi o funeral de Abel Salazar. É preso por tomar a palavra e enviado aos pequenos delitos onde é julgado. Tiram-lhe a gravata e a numerosa assistência tira também as gravatas.

— Em 1950 é candidato do M.N.D. à Presidência da República. A candidatura não é aceite pelo Conselho do Estado. A saída dum sessão eleitoral interrompida pela P.S.P., em Rio Tinto, é espancado e ferido por essa polícia, com numerosos democratas. O processo-crime que intenta nunca teve seguimento.

— Em 1952, como membro da Comissão Central do M.N.D., publica o documento «Pacto de Paz e não Pacto do Atlântico». Preso e julgado em Lisboa, num grande e retumbante julgamento em que são testemunhas várias das personalidades mais eminentes da Cultura portuguesa, é condenado a pena correcional. É eleito, neste ano, membro do Conselho Mundial da Paz.

— Em 1954, nova e longa prisão, como membro do C.C. do M.N.D., por ter enviado aos jornais a «Nota Oficiosa acerca do problema de Goa, Damão e Diu». É julgado, condenado, anulado o julgamento, voltado a julgar e novamente condenado. Esses julgamentos tiveram larga retumbância no país e no estrangeiro, durante anos.

— Em 1960 é forçado a sair do país para retomar, primeiro na Argentina e depois no Brasil, a sua actividade científica e universitária.

As Forças Armadas e os trabalhadores construirão o novo Portugal

viado aos pequenos delitos onde é julgado. Tiram-lhe a gravata e a numerosa assistência tira também as gravatas.

— Em 1950 é candidato do M.N.D. à Presidência da República. A candidatura não é aceite pelo Conselho do Estado. A saída dum sessão eleitoral interrompida pela P.S.P., em Rio Tinto, é espancado e ferido por essa polícia, com numerosos democratas. O processo-crime que intenta nunca teve seguimento.

— Em 1952, como membro da Comissão Central do M.N.D., publica o documento «Pacto de Paz e não Pacto do Atlântico». Preso e julgado em Lisboa, num grande e retumbante julgamento em que são testemunhas várias das personalidades mais eminentes da Cultura portuguesa, é condenado a pena correcional. É eleito, neste ano, membro do Conselho Mundial da Paz.

— Em 1954, nova e longa prisão, como membro do C.C. do M.N.D., por ter enviado aos jornais a «Nota Oficiosa acerca do problema de Goa, Damão e Diu». É julgado, condenado, anulado o julgamento, voltado a julgar e novamente condenado. Esses julgamentos tiveram larga retumbância no país e no estrangeiro, durante anos.

— Em 1960 é forçado a sair do país para retomar, primeiro na Argentina e depois no Brasil, a sua actividade científica e universitária.

— Em 1950 é candidato do M.N.D. à Presidência da República. A candidatura não é aceite pelo Conselho do Estado. A saída dum sessão eleitoral interrompida pela P.S.P., em Rio Tinto, é espancado e ferido por essa polícia, com numerosos democratas. O processo-crime que intenta nunca teve seguimento.

— Em 1952, como membro da Comissão Central do M.N.D., publica o documento «Pacto de Paz e não Pacto do Atlântico». Preso e julgado em Lisboa, num grande e retumbante julgamento em que são testemunhas várias das personalidades mais eminentes da Cultura portuguesa, é condenado a pena correcional. É eleito, neste ano, membro do Conselho Mundial da Paz.

— Em 1954, nova e longa prisão, como membro do C.C. do M.N.D., por ter enviado aos jornais a «Nota Oficiosa acerca do problema de Goa, Damão e Diu». É julgado, condenado, anulado o julgamento, voltado a julgar e novamente condenado. Esses julgamentos tiveram larga retumbância no país e no estrangeiro, durante anos.

— Em 1960 é forçado a sair do país para retomar, primeiro na Argentina e depois no Brasil, a sua actividade científica e universitária.

tária que aqui foi impedido de exercer.

— Em Dezembro de 1972 é impedido de entrar em Portugal e é-lhe aplicada a banição do país, primeiro pela D.G.S. e depois pelo Governo, quando aqui vinha na missão piedosa de visitar o grande cidadão e seu companheiro de luta que é o arquitecto Lobo Vital.

Nas declarações que prestou à sua chegada, o prof. Rui Luís Gomes identificou as linhas gerais do programa do Movimento das Forças Armadas com as reivindicações dos democratas portugueses, assinalando o significado da abolição da censura, da extinção da criminosa PIDE, da libertação dos presos políticos e do regresso dos exilados.

No plano imediato, declarou Rui Luís Gomes, foram tomadas todas as medidas para a democratização do país.

Apenas em relação ao problema colonial o prof. Rui Luís Gomes manifestou a sua discordância com o programa do M.F.A. A liberdade e a independência de Portugal, disse, pressupõe a liberdade e a independência da Guiné, de Angola e Moçambique. E concluiu: não há duas soluções para o problema. A única solução é reconhecer o direito à independência dos povos das colónias e entrar em negociações com os legítimos representantes desses povos, os movimentos de libertação.

OS EXILADOS DE ARGEL

Chegaram anteontem a Lisboa, integrados num grupo de exilados provenientes de Argel, os democratas Fernando, Piedra Santos e Manuel Alegre, que prestaram declarações aos órgãos de informação, das quais ressalta o seu apoio e do movimento que representam ao Movimento das Forças Armadas e a sua confiança na determinação firme manifestada pelo Povo Português de defender a liberdade conquistada.

OS EXILADOS DE ARGEL

Chegaram anteontem a Lisboa, integrados num grupo de exilados provenientes de Argel, os democratas Fernando, Piedra Santos e Manuel Alegre, que prestaram declarações aos órgãos de informação, das quais ressalta o seu apoio e do movimento que representam ao Movimento das Forças Armadas e a sua confiança na determinação firme manifestada pelo Povo Português de defender a liberdade conquistada.

OS EXILADOS DE ARGEL

Chegaram anteontem a Lisboa, integrados num grupo de exilados provenientes de Argel, os democratas Fernando, Piedra Santos e Manuel Alegre, que prestaram declarações aos órgãos de informação, das quais ressalta o seu apoio e do movimento que representam ao Movimento das Forças Armadas e a sua confiança na determinação firme manifestada pelo Povo Português de defender a liberdade conquistada.

OS EXILADOS DE ARGEL

Chegaram anteontem a Lisboa, integrados num grupo de exilados provenientes de Argel, os democratas Fernando, Piedra Santos e Manuel Alegre, que prestaram declarações aos órgãos de informação, das quais ressalta o seu apoio e do movimento que representam ao Movimento das Forças Armadas e a sua confiança na determinação firme manifestada pelo Povo Português de defender a liberdade conquistada.

OS EXILADOS DE ARGEL

Chegaram anteontem a Lisboa, integrados num grupo de exilados provenientes de Argel, os democratas Fernando, Piedra Santos e Manuel Alegre, que prestaram declarações aos órgãos de informação, das quais ressalta o seu apoio e do movimento que representam ao Movimento das Forças Armadas e a sua confiança na determinação firme manifestada pelo Povo Português de defender a liberdade conquistada.

OS EXILADOS DE ARGEL

Chegaram anteontem a Lisboa, integrados num grupo de exilados provenientes de Argel, os democratas Fernando, Piedra Santos e Manuel Alegre, que prestaram declarações aos órgãos de informação, das quais ressalta o seu apoio e do movimento que representam ao Movimento das Forças Armadas e a sua confiança na determinação firme manifestada pelo Povo Português de defender a liberdade conquistada.

OS EXILADOS DE ARGEL

Chegaram anteontem a Lisboa, integrados num grupo de exilados provenientes de Argel, os democratas Fernando, Piedra Santos e Manuel Alegre, que prestaram declarações aos órgãos de informação, das quais ressalta o seu apoio e do movimento que representam ao Movimento das Forças Armadas e a sua confiança na determinação firme manifestada pelo Povo Português de defender a liberdade conquistada.

OS EXILADOS DE ARGEL

Chegaram anteontem a Lisboa, integrados num grupo de exilados provenientes de Argel, os democratas Fernando, Piedra Santos e Manuel Alegre, que prestaram declarações aos órgãos de informação, das quais ressalta o seu apoio e do movimento que representam ao Movimento das Forças Armadas e a sua confiança na determinação firme manifestada pelo Povo Português de defender a liberdade conquistada.

OS EXILADOS DE ARGEL

Chegaram anteontem a Lisboa, integrados num grupo de exilados provenientes de Argel, os democratas Fernando, Piedra Santos e Manuel Alegre, que prestaram declarações aos órgãos de informação, das quais ressalta o seu apoio e do movimento que representam ao Movimento das Forças Armadas e a sua confiança na determinação firme manifestada pelo Povo Português de defender a liberdade conquistada.

OS EXILADOS DE ARGEL

Chegaram anteontem a Lisboa, integrados num grupo de exilados provenientes de Argel, os democratas Fernando, Piedra Santos e Manuel Alegre, que prestaram declarações aos órgãos de informação, das quais ressalta o seu apoio e do movimento que representam ao Movimento das Forças Armadas e a sua confiança na determinação firme manifestada pelo Povo Português de defender a liberdade conquistada.

OS EXILADOS DE ARGEL

Chegaram anteontem a Lisboa, integrados num grupo de exilados provenientes de Argel, os democratas Fernando, Piedra Santos e Manuel Alegre, que prestaram declarações aos órgãos de informação, das quais ressalta o seu apoio e do movimento que representam ao Movimento das Forças Armadas e a sua confiança na determinação firme manifestada pelo Povo Português de defender a liberdade conquistada.

Rotura de negociações corporativas

CONVERSACÕES CONVOCADAS DOS TRABALHADORES

Os Sindicatos dos Metalúrgicos aceleraram o processo de contratação colectiva que estava na fase de arbitragem. Assim ultrapassando a legislação corporativa que sempre denunciaram, convocaram os Grémios para encerrar negociações directas.

Os Grémios responderam à convocação... Se houvesse dúvidas sobre o quanto Portugal mudou, quem visse os representantes do patronato a descerem das suas belas viaturas e a subirem as escadas da Calçada de Santos para começarem a reunião que os trabalhadores convocaram, perdê-las-ia totalmente.

O técnico-jornalista que descia a escada, e foi mais do que amavelmente saudado pelos representantes do patronato, tinha a alegria de responder às «saudações» dizendo que fora dispensado pelos dirigentes sindicais considerando-se, no entanto, à sua disposição para vir participar nas reuniões quanto esses dirigentes entendessem útil.

#### E os telefones?

Os telefones estavam vigiados. Os barulhos típicos, as provocações descaradas, a denúncia pela calada.

A vida privada era inexistente: as cartas violadas, os telefones escutados, as residências vigiadas!

Mas os telefones já deixaram mesmo de ter escutas. Atenção aos esquemas!

#### OS EXILADOS DE ARGEL

Chegaram anteontem a Lisboa, integrados num grupo de exilados provenientes de Argel, os democratas Fernando, Piedra Santos e Manuel Alegre, que prestaram declarações aos órgãos de informação, das quais ressalta o seu apoio e do movimento que representam ao Movimento das Forças Armadas e a sua confiança na determinação firme manifestada pelo Povo Português de defender a liberdade conquistada.

#### Amanhã: eleições em França

### A ESQUERDA UNIDA AO PODER

A reacção está à procura do impossível: um homem que possa governar contra os interesses da esmagadora maioria do povo. Não é fácil. Eles (a nação) repetiram que o nosso mundo é difícil, perigoso, imprevisível. E enquanto o sistema burguês domina, o poder actual traz consigo a crise, como a laranjeira a laranja. A ordem exige que se acabe com um tal sistema.

Para tanto, é necessário que o povo francês vote em Mitterrand. As últimas sondagens, com todas as reservas que lhes podem pôr, evidenciam um notável avanço das forças de esquerda. Com a vitória da esquerda unida abrir-se-ia uma brecha no já moribundo sistema capitalista, solicitando uma cada vez maior transformação

da sociedade francesa (com evidentes reflexos na política exterior) baseado-se nas propostas revolucionárias contidas no Programa Comum. Os trabalhadores franceses têm amanhã uma palavra a dizer. E esperamos sinceramente que seja em maioria e em força.

Afirmar que neste movimento popular para a eleição da presidência da República, a originalidade e a personalidade do Partido Comunista Francês, é contribuir para engrandecer a classe operária, em todas as camadas do povo a plena consciência dos dados actuais do combate de classe contra o grande capital, das potencialidades do movimento popular, em torno do Programa Comum.

## Seis pontos sobre a luta ideológica

EDGAR VALLES

1. O maior pensador político do nosso século, disse uma vez que, em tempo de revolução não há, por vezes, tempo para escrever, pois ela vive-se. Não nos recordamos ao certo em que livro está essa ideia; todavia, apenas queremos começar por realçar a importância da participação nos acontecimentos históricos que se desenrolam no nosso país. É na rua, ao lado do povo, que se pode sentir o respirar das massas, as suas aspirações, enfim, o pulsar dos grandes obreiros da História.

Daí as análises da presente conjuntura política terem, mais do que nunca, de ser vivas e pujantes.

2. De entre os inúmeros aspectos que se colocam neste momento queremos destacar questões referentes à luta ideológica.

A escuridão fascista em que esteve o povo português mergulhado durante 48 anos produziu necessariamente os seus efeitos; seria ingenuidade julgar que a privação das mais elementares liberdades democráticas, o regime de terror instaurado, não trouxe como consequência uma grande despolitização do povo português (o que não invalida, claro está, que ao longo do fascismo grandes e poderosas lutas se tenham traçado, nunca tendo o povo aceite a ditadura).

Mesmo a nível das comentes designadas «pessoas esclarecidas e politizadas», nota-se, de um modo geral, grande confusão acerca das diversas questões práticas e teóricas da actualidade. Também aqui, a falta de liberdade de discussão, o regime de censura férrea aliado à necessidade de evitar fornecer indicações susceptíveis de constituir «matéria de crimes» para a odiosa PIDE/DGS, impediram o esclarecimento exaustivo. Mesmo por parte dos activistas com responsabilidades na luta antifascista, nota-se um certo descuido na preparação ideológica, uma certa tendência para identificar a formação técnica com o «tecnicismo».

3. A verdade é que, repetindo a velha frase «teoria e

prática são indissociáveis». O mesmo pensador político que indicámos no início, afirmou que «sem teoria revolucionária, não há luta revolucionária».

A teoria política por ele desenvolvida ensina-nos a distinguir três formas principais da luta de classes: económica, política e ideológica (ou teórica). Formas estreitamente ligadas entre si, embora a importância de cada uma varie nos diversos períodos históricos.

4. Com o agravamento das contradições entre o capital e o trabalho, expressas no grande desenvolvimento da luta de classes à escala mundial, assistimos paralelamente ao reforço da importância da luta ideológica.

A crise da ideologia burguesa é uma realidade insofismável; a falência das diversas variantes da filosofia política da burguesia está indiscutivelmente ligada ao facto de ser cada vez maior a atracção da humanidade por um sistema liberto da exploração do homem pelo homem, demonstrado na prática em mais de um terço do globo.

Por isso mesmo, ao ascenso das ideias democráticas e consequentemente progressistas contrapõem os ideólogos burgueses «teorias» destinadas a manter (e reforçar) a sua influência ideológica do povo, enfim, às mais diversas formas de alienação.

5. O movimento patriótico das forças armadas, apresentando em si aspectos contraditórios e pouco definidos, soube interpretar os anseios e aspirações populares, pondo fim ao governo fascista de Caetano e adoptando, de imediato, medidas há muito reivindicadas pelo nosso povo: a libertação dos presos políticos, a extinção da PIDE e da Legião têm extraordinária importância na apresentação de uma conjuntura favorável ao avanço das forças democráticas.

Todavia, é importante que todos tenhamos presente que tais medidas, por si sós, não representam a extinção total

SEGUE NA PAG. 7 >



# Oscar Lopes foi nomeado director da Faculdade de Letras do Porto

«N. A.» saúda Oscar Lopes e congratula-se com a justa nomeação

## A SEDES SOB O SIGNO DA AMBIGUIDADE

A Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, fez divulgar uma comunicação em que se congratula pela intervenção das Forças Armadas, na esperança que «devolva ao povo português todos os direitos de cidadania e partilha das esperanças agora nascidas».

O referido documento enuncia as várias condições que são necessárias assegurar para que o objectivo atrás enunciado possa vir a efectuar-se. Entre essas condições figura uma que foi objecto dum pedido de esclarecimento a um representante da SEDES, Dr. Magalhães Mota, referente à guerra colonial. Diz textualmente o documento que é necessário «garantir a completa informação sobre o verdadeiro estado do país, nomeadamente quanto à situação político-militar no Ultramar e criar as condições para o efectivo exercício do direito à auto-determinação dos seus povos».

Pedido esclarecimento sobre o que a SEDES entendia por auto-determinação, a resposta foi a de que para essa Associação agora

política o conceito de auto-determinação era suficientemente lato e nela cabiam várias soluções.

A ambiguidade desta resposta coloca-nos perante a seguinte questão: será que a SEDES, dentro das várias soluções que diz que tem, alinharia numa situação neo-colonial?

A ambiguidade sempre foi um dos aspectos que caracterizou as correntes políticas centristas e tecnocráticas, sem expressamente se querer confrontar com qualquer corrente política decorrente de opções básicas, mas que, no entanto, a na objectividade da sua acção, o seu conluio com as classes detentoras de poder económico é visível a olho nu. Por isso, tudo leva a crer-nos que sim.

Nesta perspectiva, compete, a nosso ver, às forças democráticas levar a cabo uma luta ideológica e política, para que, as condições agora criadas pelo movimento de 25 de Abril, não venha a cair «numa mudança, para tudo continuar na mesma», como diz o povo.

MURADALI  
MAMADHUSEN

## Em Loures, o Movimento Democrático ocupou a sede da ex-ANP

O Movimento de Democratas de Loures tomou posse da sala da ex-ANP com todo o seu mobiliário e documentos.

No dia 2, fez-se a 1.ª Reunião do movimento com delegados das freguesias do concelho a fim de se organizarem Grupos de Acção, destituírem Juntas de Freguesia e outras organizações do Fascio, como o jor-

nal local.

O Movimento apela para todos se integrarem na estratégia geral e socialista uma maior participação dos cidadãos. Os contactos telefónicos podem ser feitos através dos telefones:

2533703, 2530079 e 2530493. Realizou já ontem a primeira reunião na sala ocupada, na Praça de Timor, n.º 8-3.º eq.

# Sociedade Proprietária do Hotel Universal, S. C. A. R. L.

## Relatório e Contas do exercício de 1973

### RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

Para o resultado do exercício, que adicionando do saldo de 1972 apresenta um saldo devedor de 72 300\$49, proponho que transite para Conta Nova.

Para o Conselho Fiscal vão os nossos melhores agradecimentos pela valiosa cooperação que sempre nos prestou no decorrer do exercício. Alfragide, 15 de Fevereiro de 1974.

O DIRECTOR

Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas, S. A. R. L., repres. por: João António Teixeira de Sousa Serôdio.

### BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

ACTIVO		PASSIVO	
<b>CONTAS DE VALORES IMOBILIZADOS</b>		<b>RELAÇÕES COM TERCEIROS</b>	
Edifícios .....	4 146 000\$00		
Reintegração .....	41 450\$00		
	4 187 450\$00	Credores Diversos .....	292 312\$00
Móveis e Maquinaria .....	286 608\$62		
Melhoramentos .....	83 571\$37		
Reintegrações .....	3 550\$00		
	80 021\$37		
	4 470 379\$99		
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA PASSIVA</b>		<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA ACTIVA</b>	
RESULTADOS		CAPITAIS PRÓPRIOS	
Saldo de 1972 .....	67 411\$70	Capital .....	254 000\$00
Resultado de 1973 .....	4 897\$79	Reserva Legal .....	254 000\$00
	72 309\$49	Reserva de Reavaliação .....	3 742 377\$90
	4 542 689\$48		4 250 377\$90

### O DIRECTOR ADMINISTRATIVO

Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel

### Demonstração da Conta «RESULTADO DO EXERCÍCIO»

PROVEITOS		CUSTOS	
Recargas Gerais .....	48 786\$10	Encargos Gerais .....	26 323\$98
		Contribuições e Impostos .....	27 363\$90
		Saldo de 1972 .....	67 411\$70
			121 095\$59
		Saldo de 1973 .....	72 309\$49

### AGRUPAMENTO DE PROVEITOS E CUSTOS PELA SUA NATUREZA

PROVEITOS		CUSTOS	
Recargas dos Prédios .....	48 786\$10	Encargos Fiscais e Parafiscais .....	27 464\$00
Saldo de 1973 .....	72 309\$49	Reparações .....	15 197\$69
		Encargos Diversos .....	11 023\$40
		Saldo de 1972 .....	67 411\$70
			121 095\$59

# Imobiliária da Avenida, S. C. A. R. L.

## Relatório e Contas do exercício de 1973

### RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

senia um saldo devedor de 112 332\$21, proponho que transite para Conta Nova.

Para o Conselho Fiscal vão os nossos melhores agradecimentos pela valiosa cooperação que sempre nos prestou no decorrer do exercício. Alfragide, 25 de Janeiro de 1974.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente — António Maria Vianna Carneiro Pacheco  
Júlio Henriques Costa de Moraes  
Manuel Batista Neves

### BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

ACTIVO		PASSIVO	
<b>CONTAS FINANCEIRAS</b>		<b>CONTAS FINANCEIRAS</b>	
Caixa .....	50 163 80	Financiamentos .....	10 480 000\$00
Depósitos à Ordem .....	307 977\$10		
Depósitos a Prazo .....	7 500 000\$00		
	7 858 160\$90		
<b>CONTAS DE VALORES IMOBILIZADOS</b>		<b>CONTAS DE RELAÇÕES COM TERCEIROS</b>	
Participações Financeiras .....	93 260\$00	Credores Diversos .....	787 283\$81
Edifícios .....	30 062 675\$00		
Reintegrações .....	200 000\$00		
	29 862 675\$00		
Móveis e Maq. .....	1 877 000\$20		
Reintegrações .....	350 000\$00		
	1 827 000\$20		
Melhoramentos .....	2 968 148\$50		
Reintegrações .....	100 000\$00		
	2 868 148\$50		
	34 351 173\$70		
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA PASSIVA</b>		<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA ACTIVA</b>	
RESULTADOS		CAPITAIS PRÓPRIOS	
Saldo de 1972 .....	98 178\$96	Capital .....	850 000\$00
Resultado de 1973 .....	13 153\$25	Reserva Legal .....	200 000\$00
	112 332\$21	Reserva Especial .....	1 030 000\$00
	42 321 646\$81	Reserva de Reavaliação .....	29 034 361\$90
			31 114 361\$90
<b>CONTAS DE ORDEM</b>		<b>CONTAS DE ORDEM</b>	
Valores em Caução .....	30 000\$00	Cauções Estatutárias .....	30 000\$00
	42 351 646\$81		42 351 646\$81

Alfragide, 28 de Janeiro de 1974.

### O DIRECTOR ADMINISTRATIVO

Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel

### Demonstração da Conta «RESULTADO DO EXERCÍCIO»

PROVEITOS		CUSTOS	
Recargas Gerais .....	1 127 706\$70	Encargos Gerais .....	67 608\$05
		Contribuições e Impostos .....	823 694\$40
		Saldo de 1972 .....	249 483\$50
			1 240 038\$91
		Saldo de 1973 .....	112 332\$21

### AGRUPAMENTO DE PROVEITOS E CUSTOS PELA SUA NATUREZA

PROVEITOS		CUSTOS	
Recargas Gerais .....	1 127 706\$70	Encargos Financeiros .....	823 694\$40
Saldo de 1973 .....	112 332\$21	Encargos Fiscais e Parafiscais .....	249 483\$50
	1 240 038\$91	Remunerações e Outros Encargos com o Pessoal .....	28 550\$25
		Seguros Diversos .....	21 785\$50
		Reparações .....	3 889\$90
		Encargos Diversos .....	18 494\$70
		Saldo de 1972 .....	98 178\$96
			1 240 038\$91

### PARER DO CONSELHO FISCAL

SENHORES ACCIONISTAS:

Durante o exercício, procedemos com regularidade à verificação das contas que sempre encontramos em devida ordem, nunca nos tendo sido negado o esclarecimento da Administração quando solicitado.

Os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma correcta determinação dos resultados, pelo que merecem o nosso acordo.

Verificamos ainda que os elementos de contabilidade traduzem a situação da Empresa e que o balanço e a demonstração do resultado do exercício dão satisfação às disposições legais e estatutárias.

Com o agradecimento ao Conselho de Administração pelas palavras amáveis com que fomos distinguidos no Relatório somos de

PARER

que aprova o Relatório, Balanço e Contas, assim como a proposta para aplicação do saldo do exercício.

Alfragide, 10 de Fevereiro de 1974.

O CONSELHO FISCAL

Presidente — João António Teixeira de Sousa Serôdio  
CompANHIA PORTUGUESA DAS AGUAS SALUS (VIDAGO), S.A.R.L., representado por:  
Bernardo Lancastre Mendes de Almeida  
Inzulana — Aguiar de Mota, S.A.R.L., representada por:  
João António de Almeida da Costa de Sousa Macedo (Conde de Estarreja)



Av. Miguel Bombarda, 7-A  
AMADORA  
Telef. 93 52 18 e 93 98 51

STAND  
GARAGEM  
TRANSFORMAÇÕES  
G. DESPORTIVO

OFICINAS:  
TRANSFORMAÇÕES  
DE CARROÇARIAS

UMA CASA ANTIGA  
COM SERVIÇOS MODERNOS

Uma organização ao serviço do automóvel  
Experimente também!...

AGOSTINHO S. P. QUEIRÓS



# Comité especial de descolonização nas áreas libertadas Guiné-Bissau

> DA PÁGINA 3  
tomou conhecimento de que a malária, a desnutrição, o beriberi, a tuberculose e a hidropisia se encontravam largamente espalhados. O pessoal médico preocupava-se especialmente com as desnutrições, principalmente nas crianças, a qual atribuíam à falta de proteínas devida à destruição sistemática dos animais pelas forças militares portuguesas. Por esta razão, uma das muitas tarefas das equipas médicas consistia em encorajar a população na criação de animais domésticos.

De vez em quando o PAIGC empreende vacinações em grande escala na população local; em 1971, por exemplo, uma campanha de vacinação, conseguiu proteger a população das áreas libertadas de uma epidemia de cólera que tinha alastrado nas regiões vizinhas da República da Guiné e do Senegal.

Foi dito à Missão que, os serviços de saúde, lutavam com uma séria falta de equipamento médico e remédios, especialmente antibióticos, remédios contra as parasitoses e vacinas. Tinham também falta de vitaminas e de leite. A vacinação é dificultada por falta de frigoríficos. Não há electricidade nas áreas libertadas, mas esperam obter brevemente refrigeradores portáteis, indispensáveis nas campanhas de vacinação. Outra dificuldade está nos transportes. Não é fácil transportar pessoas seriamente feridas ou doentes, durante o dia ou à noite, para o hospital de Boké ou para os hospitais de outras áreas.

## ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

O sistema jurídico, nas áreas libertadas, baseia-se num texto adoptado em 1966, mas só aplicado completamente em 1969. Essencialmente, há 3 tribunais e, além destes, há um tribunal especial temporário. A nível mais baixo, há os tribunais das aldeias, cada um dos quais é constituído por nativos escolhidos pelos seus pares. A competência de um tribunal de aldeias, restringe-se a disputas e pequenos roubos e as sentenças baseiam-se no direito consuetudinário tradicional. Nos diferentes sectores, o papel do tribunal de aldeia (segundo Fidélis Almada, Secretário da Justiça do PAIGC, que estudou em Portugal e exerceu advocacia em S. Paulo—Brasil) consiste em manter a ordem entre os nativos. Podem ser aplicadas multas, e se a pessoa não paga multa pode ser obrigada pelo Partido a fazer determinada espécie de trabalho. Os tribunais de aldeia não têm poder para aplicar penas de prisão. Os líderes do PAIGC explicam que o Partido não tem prisões, não só por motivos económicos, mas também porque considera preferível a reabilitação.

■ RECONSTRUÇÃO DA ECONOMIA  
A política do PAIGC nas áreas libertadas está empenhada em eliminar todos os vestígios da organização económica e da exploração, compostas pelos portugueses, substituindo-as por um novo sistema económico adaptado às necessidades do país. Como a economia das áreas libertadas é essencialmente agrícola, isto leva ao abandono da cultura exclusiva do amendoim, que era a principal do país, e à diversificação da agricultura para suprir as necessidades locais. A diversificação das culturas tem progredido, apesar dos constantes bombardeamentos e destruição de culturas feitas pelos portugueses. O PAIGC estabeleceu centros de demonstração para instruir os nativos nas técnicas das culturas diversificadas, trabalhos agrícolas colectivos, etc., e está a esboçar-se um sistema de cooperativas agrícolas. As principais produções são: amendoim, arroz, dolo de palma, borracha e cera.

## ESTABELECIMENTO DE UMA ASSEMBLEIA NACIONAL

No seu depoimento ao Conselho de Segurança, durante a sessão de Addis Abeba, Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, disse que o povo da Guiné-Bissau tinha conquistado a sua autodeterminação através de nove anos de luta armada e possuía todas as partes componentes de um Estado em desenvolvimento. afirmou que o povo elegeria brevemente Conselhos Regionais e uma Assembleia Nacional Popular.

Durante a sua visita, a Missão discutiu este projecto com Vasco Cabral, membro do Comité Executivo e responsável pela ideologia. Segundo ele, a criação de uma assembleia nacional eleita representaria, do ponto de vista do PAIGC, o maior passo para o direito à independência da Guiné-Bissau. O PAIGC vinha desde 1969 a considerar tal decisão, mas tinha preferido esperar até existirem todas as condições, antes de entrar no que seria uma nova fase na luta pela independência. Presentemente essas condições tinham sido conseguidas, porque o povo tinha conquistado a autodeterminação ao libertar mais de dois terços do território, e tinha criado uma soberania política, económica, social e cultural. Ele disse que a Guiné-Bissau era de facto um Estado independente, com uma parte do seu território ocupado por um exército estrangeiro.

Explicou que a Assembleia Nacional Popular seria composta por 120 deputados, dos quais 40 seriam representantes do Partido das regiões nordeste, sul, este e ilhas Bijagós, e seriam representantes da or-

ganização de massas, tais como a União da Juventude e dos Estudantes e a União das Mulheres Guineenses.

Uma comissão especial, composta por cinco membros, tinha sido estabelecida pelo PAIGC, nos fins de 1971, para supervisionar a preparação das eleições. Dos cinco membros, um ou dois eram representantes permanentes do PAIGC, enquanto os outros eram representantes da região onde a comissão estivesse a trabalhar.

A idade para se votar seria de 15 anos.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Na sua resolução 1542 (XV), de 15 de Dezembro de 1960, a Assembleia Geral declarou que os territórios sob administração portuguesa, incluindo Guiné-Bissau e Cabo Verde, são territórios sem autogoverno. Assim, segundo os termos do artigo 73.º da Carta das Nações Unidas, Portugal, como potência administradora, tem a obrigação de promover o bem-estar dos habitantes dos territórios em questão, e para aquele fim, entre outras coisas, de envolver o autogoverno, ter em conta as aspirações políticas dos povos e assistir-lhes no progressivo desenvolvimento das suas livres instituições políticas, de acordo com as circunstâncias particulares de cada território, dos seus povos e dos seus vários estádios de desenvolvimento.

Durante a sua recente vi-

sita às áreas libertadas da Guiné-Bissau, a Missão Especial teve larga oportunidade de testemunhar a desastrosa e miserável situação das acções de Portugal, particularmente o bombardeamento indiscriminado de aldeias e o uso de napalm na destruição das culturas. Ao mesmo tempo, a Missão ficou profundamente impressionada com a manifesta determinação do povo, apesar dos incalculáveis esforços e sofrimentos, em prosseguir a luta até alcançar a libertação e a independência sob a chefia do movimento de libertação nacional, O PAIGC. A Missão louva, quer a coragem e determinação do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde, quer a devoção e empenhamento que o PAIGC guia e ajuda o povo a atingir as metas estabelecidas na Carta.

A Missão ficou impressionada com a cooperação entusiástica que o PAIGC recebeu do povo das áreas libertadas, e com a participação deste na organização administrativa, estabelecida pelo PAIGC, e nos vários programas de reconstrução. De acordo com isto, a Missão crê que o reconhecimento, por parte do Conselho Especial do PAIGC, como sendo de facto o único e autêntico representante das aspirações do povo do território, deve ser aceite por todos os Estados, agências especiais e outras organizações dentro do sistema das Nações Unidas que tratem de assuntos relacionados com a Gui-

né-Bissau e Cabo Verde. A Missão considera imperioso que o fornecimento de armas feito a Portugal por alguns dos seus aliados cesse imediatamente, pois está convencida de que sem tal apoio, Portugal será incapaz de prosseguir a guerra colonial contra os povos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

A Missão crê que todos os governos e todas as organizações nacionais e internacionais devam fazer um esforço conjunto para alertarem a opinião pública mundial com vista a ajudar o povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde a alcançar a autodeterminação e independência. As informações e os factos que a Missão pode obter deveriam chamar a atenção da comunidade internacional no sentido de intensificar as pressões diplomáticas e políticas sobre o Governo de Portugal, a fim de obter o seu acordo com as decisões das Nações Unidas.

Na opinião da Missão deviam ser feitos esforços especiais no sentido de serem publicadas regularmente as actividades terroristas dos comandos portugueses contra as populações civis, de sublinhar a importância do papel a ser desempenhado, nesse sentido, pelo Gabinete de Informação Pública das Nações Unidas.

Elaborado pelos membros da Missão: Horácio Sevilla Borja, do Equador, presidente; Folke Löfgren da Suécia; e Kamel Belkhiria, da Tunísia.

## Seis pontos sobre a luta ideológica

### > DAS PÁGINAS CENTRAIS

do fascismo. Primeiro, há que observar que parte (importante) do aparelho de Estado se encontra nas mãos de conhecidos fascistas. Por outro lado, é previsível que, adoptando novas máscaras, os fascistas procurem recuperar posições, controlar importantes postos na direcção governamental. É sintomática a tentativa de «recuperação» de jornais como o «Diário de Notícias» que, «esquecendo» o seu papel de aberto defensor do chamado «Estado Novo», se solidariza agora com os objectivos proclamados pela Junta, a «Capital», por seu turno, chega a dizer, ufantemente, que a PIDE tinha um sistema de escuta aos seus telefonemas como se alguma vez se tivesse oposto ao regime caetanista! Mudam-se os ventos...

Podemos dizer que as raízes do fascismo não foram extirpadas, recorrendo agora a novas variantes, os fascistas estão prontos a avançar à menor oportunidade.

Por outro lado, poderá acontecer que a Junta, mesmo antes da ultrapassagem pelas massas populares dos limites impostos pela «democracia liberal», se desvie dos objectivos (genéricos) formulados, afastando-se do prometido.

6. Vemos assim, numa breve panorâmica, que reveste importância fundamental o trabalho ideológico, de elevação do nível de consciência e de organização das massas populares, necessário ao rechaço das tentativas de divisão de forças democráticas e ao avanço da luta geral do povo português. Há um trabalho imenso de esclarecimento, aos mais diversos níveis, que deve ser realizado aproveitando ao máximo as novas condições.

Só um trabalho persistente, quer político quer ideológico, poderá transformar os protestos, tantas vezes espontâneos, num movimento democrático e popular cada vez mais consequente.

## O NÚMERO DE HOJE DO "N.A."

Este número do «N.A.» tem 8 páginas. A nossa capacidade técnica e todas as nossas actuais estruturas impõem-nos estas improvisações e adaptações para aguentar um ritmo para que não estávamos preparados. Prosseguem estudos para uma normalização desejável, que, contamos, estarão terminados dentro em breve.

Procuraremos, entretanto, mais do que nunca, manter uma vigilância activa para a denúncia de todas as manobras susceptíveis de fazer perigar a magnífica vitória do Movimento das Forças Armadas e do Povo Portugueses.

Contamos sair, na próxima 2.ª ou 3.ª feira, com um suplemento ao número de hoje.

A todos os camaradas e amigos leitores—assinantes e anunciantes—apresentamos as nossas desculpas.

**STAND QUEIRÓS**  
de AGOSTINHO S. F. QUEIRÓS

Estada Alto Maduro, 19 D-19 E AMADORA  
Telefa. 85 51 18 • 85 59 81

STAND GARAGEM TRANSFORMAÇÕES G. DESPORTIVO

CONCESSIONÁRIOS:  
CHRYSLER • SIMCA • SUNBEAM • AUDI • IMOSA • MORRIS • MG  
CARRROS USADOS COM GARANTIA

Uma organização ao serviço do automóvel  
Experimente também...

**Tavares & Tavares, Lda.**

- Transformações de furgonetas para mistas de todas as marcas
- Restauração das mesmas

BATE-CHAPA • PINTURA • ESTOFADOR

Trabalho de 1.ª

TRAVESSA DA FALAGUEIRA, 10-14 • AMADORA  
Baíro Bosque • ☎ 93 74 30

**gostoso Tartex**

MANTEM A LINHA



# UM PAÍS A MUDAR

## A dominação do País pelo imperialismo

Quando na Europa, nos anos cinquenta, se começaram a esboçar os movimentos de integração económica dos grandes grupos monopolistas internacionais, consideravam como a forma de organização mais favorável para a expansão das suas actividades, não podia o regime fascista, agora deposto, deixar de participar nessas tentativas.

Perante as hipóteses que se lhe punham, EFTA ou Mercado Comum, escolheu a primeira, pois não lhe trazia problemas no plano político e, fundamentalmente, porque perante o estado de subdesenvolvimento da nossa economia e a manifesta incapacidade, tanto do antigo governo como no das forças economicamente dominantes, em o ultrapassar, era a solução que implicava um menor número de alterações das estruturas económicas.

De qualquer forma a adesão à EFTA representou a aceitação da crescente política de internacionalização do capital e de uma cada vez maior submissão aos interesses dos grandes grupos económicos multinacionais. Significou, simultaneamente, uma tentativa para evitar os problemas políticos que uma ligação ao Mercado Comum, forma mais avançada de integração dos regimes capitalistas, lhes viria pôr.

A evolução havida posteriormente e o afastamento da EFTA, iniciado com a integração da Grã-Bretanha no Mercado Comum, obrigou, no entanto, o governo fascista a ter de encerrar a sua ligação ao Mercado Comum.

A celebração de acordos com o Mercado Comum — forma considerada como a melhor para intensificar a exploração das classes trabalhadoras — bem como o constante apelo aos capitais internacionais eram características perfeitamente de acordo com o carácter antipopular do regime. Este, perante a hostilidade das classes trabalhadoras e de outras camadas democráticas da população, procurava nas forças reacionárias o apoio e a garantia de estabilidade que o capitalismo monopolista nacional e as forças repressivas, por si só, não lhe podiam garantir.

Assiste-se, pois, a um cada vez maior domínio da nossa economia pelos grandes grupos económicos internacionais.

Simultaneamente, e perante o intensificar das actividades dos movimentos africanos que pretendem a independência das colónias e o iniciar a intensificação da luta armada, dirigida por esses movimentos, esta política de entrega aos interesses estrangeiros estende-se às colónias que, tal como nós, são postas à venda a baixo preço.

Quem na realidade dirige os países economicamente dominados, como o nosso, são os grandes grupos internacionais, não sendo os governos desses países mais do que simples e dóceis instrumentos destes grupos. As indústrias que se montam são as que lhes interessam, a agricultura que se desenvolve é aquela que lhes poderá proporcionar mais lucros ou a que não irá concorrer com as produções originárias dos países onde vêm esses capitais. A saúde, a educação e as estruturas essenciais para o desenvolvimento económico são ou não consideradas nos planos de desenvolvimento conforme se revelam positivas ou negativas para a melhor exploração por esses grupos das riquezas nacionais.

Uma política de desenvolvimento económico implicará o fim da penetração dos capitais estrangeiros e a direcção económica e política do país pelos trabalhadores, implicará a instauração de um regime democrático que não se limitando aos aspectos políticos, se estenda a todos os sectores da vida nacional, impedindo que uma reduzida minoria, pela força ou pela utilização de poderosos e dispendiosos aparelhos de propaganda consiga impôr a sua vontade, diametralmente oposta aos interesses das mais amplas camadas da população.

As realidades que dia a dia e desde há dezenas de anos se observam na vida nacional mostram que em Portugal está à venda ao desbarato. Todos os esforços eram feitos para conter os salários e para, através

de uma cada vez maior exploração dos trabalhadores, de ritmos de trabalho cada vez mais violentos e de novas técnicas produtivas, se obterem lucros sempre mais elevados.

Perante a feroz repressão que se abatia sobre os trabalhadores sempre que, a nível empresarial ou sindical, empreendiam lutas para melhorarem as condições de trabalho ou para elevarem os salários, largas camadas da população procuraram no estrangeiro um nível de salários que aqui lhes é negado.

Portugal está entregue aos apetites do capital estrangeiro, ligado e dominando o capital nacional.

O governo português assinou, em 1949, o Tratado que fundou a NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Formada sob inspiração americana, a organização tinha, como ainda hoje tem, o objectivo de organizar militarmente o anticomunismo exacerbado dos tempos da guerra fria. O governo fascista português não poderia faltar, evidentemente.

Qual o interesse para o Povo Português nesta aliança militarista? O Povo Português só pode ser prejudicado com esta aliança e ela nada lhe pode dar além de sofrimento. Para o governo esta aliança é, no entanto, de grande importância, pois permite-lhe o apoio organizado de potências ricas e poderosas para progressivamente de três guerras coloniais e para a contenção das aspirações democráticas do próprio Povo Português.

Dizia o governo, e nisto era acompanhado

pelos governos da NATO, que não recebia qualquer auxílio militar para a guerra que trava contra os povos das colónias. Porém, os soldados portugueses são transportados para África em aparelhos Boeing, usam aviões militares das mais diversas marcas, todas estrangeiras, disparam com espingardas que, quando são feitas em Portugal, o são sob licença estrangeira. Muitos outros poderiam ser os exemplos. Basta, no entanto, referir que a quase totalidade dos materiais com que se constroem as poucas armas que já se cá fabricam provêm de países aliados de Portugal na NATO.

Na sua desesperada necessidade de apoio internacional, o governo cedia parcelas de território português para que aí se instalassem bases militares, que nenhum benefício podem trazer ao Povo Português. Na verdade, essas bases poderão, em caso de guerra generalizada, transformar-se em alvos de ataque eventualmente nucleares, os quais não só destruirão as bases como milhares de vidas em seu redor, e tornarão impossível a vida num espaço que a técnica de matar vai tornando cada vez mais vasto, devido ao aumento do poder daqueles engenhos de destruição maciça. Milhões de portugueses poderão, assim, vir a sofrer durante anos e anos as trágicas consequências da política do governo que se intitulava nacionalista. Mais graves ainda, por mais permanentes, são as consequências imediatas da presença de americanos e franceses nos Açores alemães em Beja e da NATO (Iberland) em Oeiras e na Fonte da Telha.

Apesar do interesse que alguns grupos capitalistas internacionais, bem como os círculos mais reacionários do mundo, tinham na manutenção do regime português, o isolamento diplomático do governo de S. Bento era progressivamente maior, sendo prova evidente a satisfação já manifestada por muitos governos pela intervenção das Forças Armadas patrióticas.

E na Organização das Nações Unidas (ONU) e nas suas agências especializadas, que esse isolamento se torna mais patente. Nas votações, o delegado português surge amiúde acompanhado pelo racista da África do Sul; nas agências especializadas, o governo português ou é expulso ou sai antes de o ser. Na OIT, os movimentos de libertação das colónias portuguesas estão já representados. São já governos aliados na NATO ou associados na EFTA que se vêm na obrigação de condenar a política portuguesa em África e até, nalguns casos, prestando apoio material aos movimentos de libertação.

Para este isolamento em relação aos povos ocidentais concorre o facto de os países do «terceiro mundo», em geral, e da África, em particular, assumirem uma cada vez maior importância económica e política. Ao condenarem a política portuguesa, pretendem muitos desses governos não prejudicar posições políticas, diplomáticas e, sobretudo, económicas que mantêm em África. Outros procurarão adquirir posições semelhantes. Outros, ainda, agirão de acordo com imperativos morais.

## Problemas da Juventude

O agravamento generalizado da exploração das classes trabalhadoras tem tido incidência particular na juventude, em grande parte devido ao facto de, sendo esta chamada a participar desde muito cedo no orçamento familiar, o fazer em condições de instabilidade devido à perspectiva do serviço militar. Esta situação, que lhe limita a margem de manobra em relação ao patronato, levanta um conjunto de problemas específicos da juventude trabalhadora:

— impedimento de frequência escolar em parte do horário, isto é, impossibilidade de progresso cultural e preparação técnica à custa da manutenção do lucro patronal;

— dificuldade da obtenção de empregos antes e depois do cumprimento do serviço militar;

— agravamento da situação económica da família, para a qual frequentemente os seus salários são contributo indispensável, em virtude da incorporação militar;

— exploração infantil, que continua a ser praticada pelo patronato. Esta exploração, largamente utilizada entre as raparigas, é particularmente visível na indústria têxtil, na construção civil e em outros sectores da indústria, bem como nos casos dos ardinas, vendedores ambulantes, pequeno comércio e oficinas;

— salários muito mais baixos do que os dos camaradas mais velhos para trabalho igual;

— situação de desemprego em condições agravadas, com salários baixíssimos e a chantagem do despedimento frequentemente aplicada.

Esta situação tem feito com que a juventude trabalhadora seja um dos sectores mais angariados nas lutas das classes trabalhadoras e na movimentação democrática, organizando-se em bases regionais de empresa, sindicais e escolas, em estreita ligação com os movimentos democráticos.

Por outro lado, a Universidade, e progressivamente os outros graus de ensino (médio e secundário), tem-se tornado essencialmente uma questão de natureza política. Reflexo das contradições de toda a sociedade e de uma política oficial para a juventude alheia às suas aspirações. Na Universidade opõem-se os que pretendem com o fim exclusivo da formação de técnicos e ideólogos necessários à manutenção do capitalismo e os que preconizam a sua transformação num centro de difusão de cultura popular, de um ensino virado para a satisfação dos interesses da grande maioria do nosso povo.

A passagem a novas formas do capitalismo português agrava esta tendência, conferindo ao ensino um mais acentuado carácter de classe, reduzindo a capacidade de decisão a um número restrito de autoridades académicas frequentemente alheias e em contradição com os estudantes e alguns sectores do corpo docente.

A prática crescente de uma selecção pedagógica antidemocrática acompanha este processo.

Apesar de toda a acção repressiva que o governo fascista desenvolvia, a sua política na Universidade estava, hoje, isolada e só sobrevivia graças ao recurso frequente às

forças policiais, à prisão tortura e mesmo assassinato de estudantes que, mais combativos, encabeçavam as reivindicações das massas estudantis. A realização de grandes assembleias por vezes com milhares de estudantes, a crescente adesão às lutas estudantis de largos sectores do corpo docente e os sintomas de uma organização autónoma destes, as grandes vitórias alcançadas, eram disso uma prova que a censura não conseguia impedir de se fazer sentir fora da própria Universidade.

A capacidade que o governo tinha de determinar quando e como a Universidade funcionava, vinha agravando-se nestes dois últimos anos, atingindo proporções sérias no Instituto Superior Técnico com o cancelamento de um semestre e consequente repressão pedagógica massiva.

As lutas estudantis apontam para profundas transformações do ensino, que se não compadecem, nos seus aspectos essenciais, com a manutenção das actuais estruturas sociais, políticas e económicas, antes exigem a sua radical transformação. O conteúdo e objectivos dum ensino virado para a satisfação dos interesses da maioria do nosso povo assim o exigem. A crescente consequência dessas lutas insere-se decididamente na luta geral do povo português.

### Para a História do Sindicalismo em Portugal

ALEXANDRE VIEIRA

COLEÇÃO SEARA NOVA

PREÇO: 7500



SEARA NOVA